Considerações sobre as principais alterações trazidas pelo Decreto nº 10.024/19 à modalidade pregão, na forma eletrônica

Júlia Amélia Duarte Guimarães

O Decreto nº 10.024/19 trouxe nova regulamentação ao procedimento de pregão eletrônico e entrou em vigor em 28 de outubro de 2019, revogando os Decretos nº 5.450/05 e nº 5.504/05. O novo diploma altera e inova o procedimento dos certames eletrônicos, facilitando a compreensão de suas regras e requisitos.

Como não poderia ser diferente, as licitações regidas pelo novo decreto continuarão subordinadas aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

Contudo, houve a inclusão do princípio do desenvolvimento sustentável, que passa a ser premissa básica do pregão eletrônico. Deve ser observado em todas as etapas do processo de contratação, tendo como fundamento o equilíbrio econômico, social, ambiental e cultural baseado nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

O novo decreto manteve a aplicação das normas à administração pública federal direta, às autarquias, às fundações e aos fundos especiais, estabelecendo a obrigatoriedade de sua observância pelos entes federativos que utilizem recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse.

Por outro lado, tornou facultativa a adoção do pregão eletrônico nas licitações de bens e serviços comuns pelas empresas públicas, sociedades de economia mista e

suas subsidiárias, devendo ser observadas, nessa hipótese, as disposições da Lei nº 13.303/16.

Dessa vez, a regulamentação cuidou de definir obra como “*construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem imóvel, realizada por execução direta ou indireta*”, mantendo vedado o uso do pregão eletrônico para tal finalidade. Ademais, incluiu a possibilidade de serem licitados os serviços comuns de engenharia, assim conceituados (art. 3º, VIII):

atividade ou conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

O diploma confirma o entendimento do Tribunal de Contas da União sobre o uso do pregão eletrônico para a contratação destes serviços¹. Além do mais, a formação do processo licitatório para a contratação dos serviços comuns de engenharia dependerá do exame do caso concreto e análise predominantemente fática e de natureza técnica.

O Decreto nº 10.024/19 ainda inseriu no rol de documentos que instruem o pregão eletrônico o estudo técnico preliminar, que tem como objetivo: **(i)** encontrar a melhor solução; **(ii)** assegurar a viabilidade da contratação; **(iii)** tratar o impacto ambiental, se houver, e; **(iv)** fundamentar o termo de referência.

Ainda no que tange à formação do processo licitatório, passou-se a permitir o caráter sigiloso do valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, desde que fundamentado nos termos do § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527/11, e

¹ SÚMULA TCU 257: O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei 10.520/2002.

do art. 20 do Decreto nº 7.724/12. O caráter sigiloso do valor estimado surgiu com a Lei nº 12.462/11, aplicada ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, encontrando-se agora consolidado no âmbito do pregão eletrônico.

Os critérios de julgamento para seleção da melhor proposta passam a ser de menor preço ou maior desconto. Depois de escolhido o critério de julgamento, para a definição do melhor preço, serão considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, e as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável agora imposto.

Além das inovações referentes à formação da licitação, o Decreto nº 10.024/19 modificou a etapa de lances, inserindo os modos de disputa aberto e fechado. No modo de disputa aberto, a etapa de lances tem duração inicial de 10 (dez) minutos, sendo permitida a prorrogação sucessiva por outros 2 (dois) minutos, enquanto houver lances. Portanto, o vencedor é o licitante que oferece lance não coberto pelos demais em 2 (dois) minutos.

No modo de disputa aberto e fechado, há prazo inicial de 15 (quinze) minutos para o envio dos lances, seguido de aviso de fechamento iminente dos lances, com tempo aleatório de até 10 (dez) minutos, sem prorrogações, findo o qual se encerra a etapa. Todos os licitantes que oferecerem lances não superiores a 10% (dez por cento) do menor lance têm a oportunidade de oferecerem proposta final e fechada, em até 5 (cinco) minutos.

Passados os 5 (cinco) minutos, as propostas são divulgadas e identificadas, apurando-se o menor preço. Nota-se que o vencedor não é mais determinado por sorte ou azar, como realizado no procedimento do antigo decreto. As inovações permitem a Administração Pública o efetivo alcance da proposta mais vantajosa.

Por fim, registra-se que, com o advento do Decreto nº 10.024/19, a dispensa eletrônica foi regulamentada. Trata-se de um sistema eletrônico para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns dentre as hipóteses de dispensa previstas no art. 24 da Lei n.º 8.666/93.

São elas: **(i)** contratação de serviços comuns de engenharia, nos termos do inciso I; **(ii)** aquisição de bens e contratação de serviços comuns, nos termos do inciso II; e **(iii)** aquisição de bens e contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, nos termos do inciso III e seguintes, quando cabível.

Conclui-se que o Decreto nº 10.024/19 traz maior celeridade aos certames eletrônicos, tornando a Administração Pública mais eficiente e sustentável, na medida que passa a exigir maior clareza nos editais, além de buscar a simplificação do processo e a certeza do alcance da proposta mais vantajosa.